

## ***MODERNIDADE E ILUSTRAÇÃO: AS REVERBERAÇÕES DA ERA DAS LUZES SOBRE A IBÉRIA LUSITANA***

Jansen Gusmão Salles<sup>1</sup>

Orientação: Patrícia M. S. Merlo<sup>2</sup>

**Resumo:** A princípio, torna-se inviável qualquer cisão entre Modernidade e Cultura Ilustrada se nos propusermos a analisar cada um individualmente. Ambos sempre estiveram interligadas. A Modernidade trouxe luz a um largo horizonte antes envolto pela obscuridade da Idade Média, abrindo caminho para novas idéias que se distanciavam progressivamente do conhecimento teológico e que culminaria séculos a frente no Iluminismo. Desde o Renascimento, onde o conceito moderno surge pela primeira vez, a razão esteve cada vez mais presente na base epistemológica da ciência. Contudo, durante um longo período a historiografia conseguiu dissociar o movimento iluminista do desenvolvimento dos estados ibéricos. Neste trabalho o leitor terá a possibilidade de compreender a posição político-científica de Portugal nos Setecentos, e sua escolha em prosseguir por uma via alternativa de ingresso na Modernidade.

**Palavras-chave:** Modernidade, Iluminismo, Portugal, Setecentos

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

<sup>2</sup> Doutora em História Social e professora pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) na área de História Moderna.

## Introdução

O século XVIII é um marco histórico do surgimento de uma corrente intelectual cujas bases foram construídas sobre os alicerces da razão e do empirismo. O Iluminismo, como nos é conhecido, trata-se de uma revolução no campo do saber e de um movimento que culminou em uma nova forma de conceber a relação homem e natureza. Entretanto, os Setecentos não são lembrados apenas como um período de mudanças na ciência moderna, mas também por uma estabilidade social e política da qual fez a população europeia duplicar em menos de um século.

## O palco no qual a Modernidade discursa

*La Modernidad es ante todo la invención del individuo. El individuo concreto, agente empírico, presente en toda sociedad va a convertirse ahora en el sujeto normativo de las instituciones y de los valores. (GUERRA, 1993, p. 85)*

Ao nos debruçarmos sobre a Modernidade, como conceito polivalente, certamente nos deparamos com alguns entraves de ordem epistemológica ou cronológica, variando em intensidade e interpretações. O próprio debate acerca da gênese da Era Moderna possui posições distintas. Seja nas fundações do Renascimento ou nos fins do Setecentos com a decaptação de Luís XVI, inaugura-se em um cenário amplo o "moderno", trazendo consigo presságios de mudança e fazendo sombra a tudo aquilo que existiu em outrora. Entretanto, mesmo se traçarmos uma linha histórica com um começo, meio e fim, há algo de ominisciente na modernidade. Ela, sempre discursa sobre o mesmo palco: o indivíduo, que desde então percebe-se como sujeito ativo capaz de agir sobre si mesmo e a natureza que o cerca.

Dentre as vertentes conceituais que tratam da Modernidade, nos nortearmos sob aquela desenvolvida e defendida por Reinhart Koselleck em sua tese de doutorado. Em *Crítica e Crise* (1999), compreendemos que o novo prisma moderno presenteava o homem com uma esperança progressista na incerteza do futuro. Até o século da *Enciclopédia*, a História tinha o papel de um oráculo para as civilizações. O passado servia de experiência, instruindo o indivíduo para eventos posteriores que, na mentalidade pré-moderna, se repetiriam. O advento do homem moderno e esclarecido em um mundo permeado por revoluções que abarcavam as esferas social, política, científica e religiosa,

gerou em seu interior a percepção plena de que nada mais valia a experiência do tempo presente na História.

Koselleck traduz esse período como *Sattelzeit*, ou "tempo de sela", onde as mudanças ocorridas no seio da sociedade e nas mentalidades tiveram significativo impacto, ou seja, suficientes para até mesmo o homem comum notar que o que descortinava diante de si jamais fora visto. (KOSELLECK, 1999)

Todavia, do lado oposto ao que se instaurava os ideais modernos presidía a monarquia, representando em larga medida o retrocesso e o atraso. A tipificação Antigo Regime costuma estar inteiramente associada ao poder absoluto do Rei, termo este também sublinhado por Guerra (1993) como uma "tipificação negativa e inversa de todos os valores da Modernidade". O intelectual das Luzes encarou como necessário e irrevogável a destruição dos pilares desta instituição retrógrada e tudo aquilo que a representava. O Estado absolutista europeu deveria sucumbir para que as "trevas" do passado permanecessem apenas no passado, e nada mais.

## **Modernidade à portuguesa**

A figura de um monarca no poder coexistindo com lampejos ilustrados na flor da modernidade deram aos estados ibéricos uma imagem paradoxal e singular. Sobretudo frente às grandes nações culturais européias, como a França e Inglaterra. A Inglaterra através do parlamento limitava o poder da monarquia, de um lado, enquanto do outro a França destituía o Rei de seu trono, instituindo em seu lugar um regime republicano liderado pela classe burguesa. Em uma via alternativa encontrava-se Portugal, que ao mesmo tempo em que estava a margem do Iluminismo possuía uma elite intelectual que dialogava constantemente com os ideais guiados pela razão e a ciência empírica de Locke.

Mas como aderir às vertentes modernas sob um regime que, em teoria, seria o lado oposto da moeda, daquele correspondente as novas correntes do saber? A resposta para

esta questão remonta aos fins da Idade Média, na consolidação dos Estados nacionais e a relevante Reforma Protestante no início do século XV. A Reforma, grosso modo, atuou de forma demasiadamente superficial na Ibéria, pois o catolicismo havia se estruturado em bases fortes graças a aliança dos reis com Roma após a expulsão dos mouros durante a Reconquista.

O florescer da Modernidade na Ibéria, sobretudo em Portugal, não rompeu com as fortes tradições presentes no Antigo Regime, como a presença do poder do monarca. Sendo assim também possível definir que a relação entre o absolutismo e as relações com a sociedade também pode ser fundamentada sob um tipo de concepção acerca da Modernidade. (GUERRA, 1993)

Logo, é conveniente a nós ressaltar que, indo na contramão da tradicionalidade, as trevas relacionadas corriqueiramente à Idade Média foram brandas tanto sobre Portugal quanto sobre a Espanha, o que explica a ausência de motivos emergenciais nessa região peninsular para lutar contra o atraso científico e o livre pensar como nas demais regiões européias. Richard Morse pode nos esclarecer esta linha de pensamento quando afirma que "os ibéricos foram mais cautelosos. Acompanharam as questões-chaves durante o final da Idade Média e então, no umbral da modernidade, mantiveram suas posições." (MORSE, 1988, p.29)

O estado lusitano, a prova disso, não sofreu com onda trazida pela reforma protestante, permanecendo fiel à tradição presente no catolicismo. Afinal, o que pretendemos desenvolver neste presente artigo é que, apesar da situação de Portugal frente às grandes mudanças que ocorriam no seio Europeu durante os Setecentos, cunhou-se uma modernidade adversa da tradicional, com características singulares e diferenciadas; trajes iluministas sobre as vestes pesadas da monarquia ibérica.

## **O homem moderno no contexto Iluminista do século XVIII**

Não há melhor definição sobre a difusão do pensamento iluminista que a do historiador Pierre Chaunu, demonstrando-nos que foi através da escrita que os ideários ilustrados conseguiram se propagar pela Europa, chegando ao paladar e sensibilidade dos intelectuais da época. A escrita percorria em maior velocidade que a construção de estradas, tendo em vista que ela transpassava as fronteiras da Europa para além do ultramar. Chaunu (1985) também nos mostra que havia discordâncias no próprio pensamento europeu. Uma pluralidade de idéias que incitava discussões e debates diversos; do campo político e econômico ao religioso e das artes. Entretanto, ao contrário de Chaunu que descrevia esse iluminismo de múltiplas faces, o filósofo alemão Ernst Cassirer (1994) foi em busca da unicidade do movimento ilustrado.

Apesar da divergência, ambos concordam em afirmar que o século XVIII foi dependente dos séculos precedentes; que desenvolveu e esclareceu mais do que propriamente inovou. O original, no que consiste as idéias, não existiu. O que surgiu foi uma nova forma de conceber a realidade, além da filosofia passar a ter um carácter menos abstrato e mais prático. A Natureza torna-se um mundo de encantamento para a universo iluminista. Ela é evocada como a única fonte do saber que o homem deve beber de forma contínua; ao conhecer a natureza, se conhece a própria existência humana. O empirismo, enfim, tornou-se o método infalível.

Assim, as mentes brilhantes do XVIII herdaram do século anterior a percepção de que a natureza possui um devir próprio, não necessitando mais da intervenção divina. Os homens passaram a visualizar um horizonte novo e imensurável, que alimentava cada vez mais suas imaginações e sentidos. E não é estranho pensar nestes termos se notarmos que o Século das Luzes fora marcado por uma revolução científica dos instrumentos sensoriais. (CASSIRER, 1994)

## **Portugal e os estrangeirados**

A maioria dos focos do novo pensamento científico, grosso modo, vieram ou de estrangeiros que residiam em Portugal e acabavam por fortificar a cena intelectual, ou dos conhecidos "estrangeirados", portugueses que viviam ou viveram no exterior e tiveram um contato direto com os ideais iluministas. António Vernei, Ribeiro Sanchez e o notório Marquês de Pombal foram alguns dos personagens que auxiliaram na tentativa de erguer Portugal ao nível das capitais ilustradas, revertendo um retardamento científico e cultural já vigente e criticado pela elite letrada. Uma das pretenções de Vernei era desviar a cultura portuguesa dos entraves cristãos e direcioná-la para um caminho mais cientificista e moderno, a fim de extrair de vez a escolástica dos meios acadêmicos. A princípio, seus escritos são guiados para um fim simples: criar um método de ensino eficiente, guiado pela razão e o direito natural. (ANDRADE, 1980, p. 08)

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, António Alberto Banha de. **Verney e a projeção de sua obra**. Portugal : Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

ATALLAH, Cláudia Cristina A. Luis **Antônio verney e as reformas culturais portuguesas**: uma questão pedagógica. *Vértices* (Campos dos Goitacazes), v. 8, p. 55-66, 2007.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do iluminismo**. Trad. Alvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

CHAUNU, Pierre. **A civilização da europa das luzes**. Vol. I; Tradução Manuel João Gomes. Lisboa; Editorial Estampa 1985.

DOMINGUES, Beatriz Helena. **O medieval e o moderno na colonização ibérica.** In: 49 Congresso de Americanistas, 1998, Quito, Equador. Anais do 49 Congresso de Americanistas, 1997.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias:** ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Fondo de Cultura Económica-Mapfre, 1993.

JUNIOR, Eduardo Teixeira de Carvalho. **Verney e a questão do iluminismo em Portugal.** 2005. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, PR. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise.** Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de pombal:** paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MORSE, M. Richard. **O espelho de Próspero:** cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TENGARRINHA, José. **História de Portugal.** São Paulo: UNESP, 2000.